

3 - CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

3.1 CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES SÓCIO-ECONÔMICOS E AMBIENTAIS.

3.1.1 DEMOGRÁFICOS.

Conforme foi relatado, a dinâmica demográfica de Porecatu apresenta dois momentos: O primeiro corresponde ao período que vai dos primeiros atos da colonização até o início de 1960, caracterizado por intenso crescimento da população total, urbana e rural, quando o Município registra (1960) 20.766 habitantes. O segundo momento vem logo a seguir e tem características marcantes. Entre 1960 e 2000, tanto a população total (76,44% - 15.881 pessoas) quanto a população rural (22,47% - 3.508 pessoas) são reduzidas. O processo de esvaziamento é mais intenso entre 1980 e 2000, mas ainda se apresenta no presente momento. Entre 1991-2000 a população rural foi reduzida em 31,74%, enquanto a população urbana cresceu 3,445%.

Por sua vez, no período considerado, a população urbana cresce 139,77%, chegando, na virada do século, a 12,372 habitantes. Nesse momento, 77,9% da população estavam localizados em áreas urbanas. Entre 1960 e 2000, o ritmo de crescimento urbano, embora acelerado, ainda é inferior ao ritmo de urbanização do Paraná. Entre 1991-2000, apresenta tendência de redução do processo de crescimento, pois, segundo dados do IBGE, o crescimento é negativo (-7,7%).

O aumento da população urbana ao longo dos últimos 40 anos, embora com tendência a diminuição na última década, traduzindo as interações sócio-econômicas, foi fator importante para delinear o mercado consumidor nas áreas urbanas, inclusive provocando novas demandas por serviços urbanos. Essa demanda, em parte, somente foi atenuada pelo fraco crescimento da população total. Dentre os fatores causais do pequeno crescimento estão a migração e a diminuição do tamanho da família. O Plano Diretor avalia que o tamanho do agrupamento familiar tenderá a manter-se nos próximos anos. De outro lado, graças aos avanços conquistados em setores como a saúde pública, a tendência de diminuição de população terá como força contrária o aumento da expectativa de vida e a queda nas taxas de mortalidade infantil.

O perfil demográfico mostra que a população é composta fundamentalmente por jovens. Em 2000, cerca de 37,10% tem menos de 19 anos; 19,04% estão em idade de freqüentar o ensino fundamental (entre 5 e 14 anos). Embora numerosa, historicamente percebe-se uma tendência de diminuição dessa representatividade. Em 1991, os habitantes na faixa de 00 – 19 anos representavam 44,53% do total da população; no ano de 2000, 37,10%. Na outra extremidade, na população acima de 65 anos de idade, apresenta-se uma tendência de aumento de representatividade: sai de 6,57% do total para 9,84%, entre 1991-2000.

Em termos de projeção de população para o horizonte do Plano Diretor (2015), é plausível supor que o processo de esvaziamento populacional no campo

mantenha seu curso, porém, diminua sua intensidade. Prevê-se perda de, aproximadamente, 10%. Nesse caso, a população rural, em 2016, estaria em 3.158 habitantes. Por sua vez, mantido o ritmo de perda de população verificado pelo Censo do IBGE-2000 e, sem alterações significativas na economia, o Plano Diretor estima que, no horizonte do Plano, a população urbana estará em torno de 12.743 habitantes. E a população total estará próxima de 15.900 habitantes.

3.1.2 ECONÔMICOS

O diagnóstico das condições de desenvolvimento econômico do Município mostra um quadro em que predominam atividades ligadas ao setor primário, em especial, atividades diretamente vinculadas à produção de cana, com forte tendência de concentração da propriedade da terra em mãos da UCP - Usina Central do Paraná. Apresenta também um esforço em implantar atividades agrícolas que se contraponham à concentração da propriedade no campo, promovendo outras culturas intensivas de mão-de-obra, como é o caso da implantação da Vila Rural Amizade. Porém, a iniciativa é pequena para atender o número de interessados e carece de maior apoio técnico e conscientização por parte dos integrantes do assentamento no que diz respeito às reais possibilidades desta forma de desenvolvimento de atividades econômicas. O impacto desta alternativa na economia municipal é ainda reduzido, embora seus efeitos sociais sejam mais abrangentes.

A economia de Porecatu apresenta grande dependência da produção agropecuária e da industrialização da cana-de-açúcar. Porecatu, recentemente, ampliou a área para o uso industrial com a implantação do Parque Industrial Darly Franco Veras, na PR170. Esta iniciativa é continuidade da política de incentivo na atração de indústrias, iniciada na década de 1980, com o Parque Industrial Gastão Penteado Izaque.

Na zona rural os principais obstáculos para o desenvolvimento são: baixa produtividade das atividades que exploram animais, solos que exigem corretivos e fertilizantes, ociosidade de máquinas e equipamentos em algumas épocas do ano, descapitalização e dificuldades de gestão da produção agrícola por parte dos produtores e pequena prática conservacionista em relação meio natural.

Ao lado da situação de baixa concentração de capital e de fragilidade de iniciativas empresariais, Porecatu conjuga fatores favoráveis. Situa-se a 595 km do maior centro consumidor do Brasil (São Paulo), 83 km da quarta maior cidade do sul do Brasil (Londrina - 480 mil habitantes), 466 km de Curitiba, 85 km de Maringá e a 700 km de portos de exportação (Santos e Paranaguá). É servido por acessos rodoviários pavimentados de bom nível e por aeródromo com pista pavimentada (1200 metros de extensão), suficiente para pouso de grandes aeronaves. A

proximidade e as condições de acesso ao município são fatores potenciais para permitir trocas comerciais com os grandes centros consumidores.

A aptidão dos solos, a alta taxa pluviométrica e a presença de chuvas bem distribuídas ao longo do ano, a rede hídrica bem distribuída em todo território, o relevo levemente ondulado, a proximidade à represa de Capivara, a energia elétrica disponível, as formas de organização societária e produtiva na zona rural e a disponibilidade de assistência técnica são potenciais a serem explorados em atividades de desenvolvimento econômico. A presença e a proximidade do lago da Represa de Capivara constituem-se em fator fundamental para o desenvolvimento do turismo às suas margens.

Entre 1991 e 2000, Porecatu dá sinais de concentração da riqueza, com tendência a aumentar as desigualdades, embora conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, *a renda per capita média do Município tenha crescido 37,20%, passando de R\$ 176,90, em 1991 para R\$ 281,70.*

No ano 1991, os 10% mais ricos da população (R\$ 664,78) apropriavam 37,58% da renda; no ano 2000, este percentual cresce para 48,97 % (R\$ 1.379,27). Os 20% mais ricos, em 1991, apropriavam-se de 51,5% da renda. Em 2000, esse percentual subiu para 62,2%. Por sua vez, o percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres sai de 5,56%, em 1991, para 3,83%, em 2000. O percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 37,15, correspondendo à níveis de indigência, sai de 4,94%, em 1991, para 5,51%, no ano 2000. Apesar disso, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a metade do salário mínimo, em agosto de 2000), diminuiu de 22,7%, em 1991, para 14,9%, em 2000. Em conseqüência, cresceu a desigualdade. O Índice de Gini passa de 0,45 a 0,56, entre 1991 e 2000.

Para incrementar a política de criação de trabalho são detectadas:

- a) necessidade de mudar o critério para doação de áreas destinadas a projetos de industrialização.
- b) falta de estratégia de longo prazo no sentido do prosseguimento das ações visando a criação de trabalho e renda e de aproveitamento das potencialidades da represa Capivara como fator atrativo.
- c) necessidade de incrementar a assistência às atividades ligadas ao desenvolvimento do potencial agrícola do Município.
- d) ausência de novos horizontes no processo produtivo de modo a atingir parte da população que se desloca para atividades de colheita em outros municípios, em períodos de entressafra.
- e) predominância de culturas agrícolas poupadoras de mão-de-obra e baixa agregação de valor ao produto rural.

Esse panorama social só poderá ser modificado através de uma ação coordenada que inclua o Poder Executivo Municipal. A utilização dos órgãos do

Poder Local como descobridores e facilitadores de novas possibilidades de trabalho e renda é a alternativa mais promissora no curto prazo.

3.1.3 AMBIENTAIS.

A combinação de clima, relevo favorável e tipos de solos permitiam o desenvolvimento da agricultura mecanizada intensiva, com destaque para a utilização da cana-de-açúcar. A falta de consciência sobre danos ambientais e a expansão sem limites de determinadas culturas resultou destruição progressiva das matas ciliares em todo o território do Município, com conseqüências imediatas para os ecossistemas. Além da destruição da fauna e flora, são observados processos erosivos, perda de produtividade do solo e assoreamento de cursos de água, potencializando a diminuição das vazões hídricas. Os instrumentos jurídicos que minimizam esses processos, como as determinações do Código Florestal (Lei Federal nº 4771/65), no tocante a reserva legal, privada, de 20% das propriedades rurais, e formação de áreas de preservação permanente marginais aos cursos de água, não foram observados. A ocupação do solo ao longo de cursos de água, nascentes, lagos e reservatórios naturais e artificiais, no topo de morros, nas encostas com declive superior a 45°, entre outras situações, está sujeita à aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal), modificada pela Lei Federal nº 7.803/89, e Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002. Em acordo com a legislação, a grande maioria dos cursos de água de Porecatu deveria ter faixa de proteção permanente entre 30 e 50 metros ao longo de suas margens. O rio Paranapanema, no mínimo, 100 metros. Nas nascentes, 50 metros. Todavia, todos esses parâmetros não são observados.

No passado, ações do governo local, em parceria com o governo estadual, promoveram soluções integradas em micro-bacias, fazendo adequações de estradas e condução de águas por curvas de nível. Mas estas ações, realizadas em parte das bacias hidrográficas do Município, foram paralisadas.

Assim, constituem-se em problemas estruturais a serem enfrentados:

- a) complementar as ações (interrompidas) em relação aos projetos de conservação de micro-bacias e dirigir os esforços do poder Executivo Municipal no sentido da manutenção dos trabalhos já concretizados.
- b) falta de conscientização dos agricultores em relação aos problemas oriundos de riscos ambientais (perda de produtividade, erosão, conservação do solo, entre outros)
- c) desmatamento junto aos cursos d'água e a destruição de ecossistemas.
- d) assoreamento de cursos de água.

- e) não observância das determinações do Código Florestal (Lei Federal nº 4771/65, no tocante a reserva legal, privada, de 20% das propriedades rurais, e manutenção de área de preservação permanente marginal aos cursos, nascentes e represas de água.

Por sua vez, outras determinações podem ser constatadas em relação às zonas urbanizadas.

A cidade de Porecatu está localizada em espigão, em relevo com declives bastante suaves em direção leste (rio Vermelho) e oeste (córrego do Capim). O declive acentua-se apenas quando se aproxima do fundo vê vale do córrego do Capim. Com exceção dessas áreas, não há obstáculos (vide análise de Macrozoneamento) para a expansão urbana. Ventos dominantes (no sentido leste-oeste e nordeste-sudoeste) condicionam as soluções para atividades potencialmente poluidoras do ar.

Além dos processos de ravinamento e laminação de solos em zona rural, são observados focos de erosão nas proximidades do fundo de vale do córrego do capim. A associação de área urbanizada, tipologia de solos facilmente erodíveis (Latossolo Vermelho Distrófico Típico) e a má resolução de projetos de drenagem urbana acarretou focos de erosão no fundo de vale.

Em relação à **arborização urbana**, a política municipal ainda está a passos lentos. São observadas inadequações de espécies arbóreas em vias urbanas, ausências de arborização (em determinados bairros) e de tratos fito-sanitários. Cabe ressaltar que a Administração Municipal dispõe de apoio técnico e iniciou, ainda que de forma inibida, a organização de viveiro de mudas, fato que poderá dar suporte projetos de reflorestamento e arborização. Inclusive, poderá fiscalizar a atuação da Companhia Paranaense de Eletricidade em relação à poda da arborização em vias urbanas. São questões fundamentais a serem revistas:

- a) a falta de arborização em bairros periféricos (Conjuntos Habitacionais, Jardim Sol Poente e Condomínio Portal das Águas).
- b) as inadequações de espécies vegetais em relação à via, à fiação da Copel e à iluminação pública.
- c) a má qualidade técnica da poda e o não combate a doenças e pragas.
- d) fiscalização da poda.

3.2 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES EM INFRA-ESTRUTURA URBANA.

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Para Porecatu a pavimentação de vias é infra-estrutura importante em virtude das características facilmente erosivas do latossolo distrófico. De 67,31 km de vias urbanas existentes, apenas 6,39% (4,3 km) não possuem pavimentação. A qualidade de conservação da pavimentação é considerada ruim em 24,15% (15,58 km) e necessita de manutenção de recape. As vias que necessitam de pavimentação são:

- a. rua Samuel Rabelo Andrade, nos Conjuntos Habitacionais;
- b. as vias do Jardim Sol Poente.

DRENAGEM

A rede de drenagem de águas pluviais, em termos de abrangência do sistema de captação, possui bom atendimento. Mas apresenta situações distintas no que se refere à qualidade técnica. A área urbana está dividida em cinco (5) bacias: **Bacia B1**, tem como corpo receptor o Córrego do Heitor, **Bacia B2**, localizada a norte, tem como corpo receptor o Reservatório da Usina Hidroelétrica de Capivara, que se encontra após a Rodovia João Lunardelli (PR 170), limite do atual perímetro urbano; **Bacia B3**, localizada a sul, tem como corpo receptor o Ribeirão Capim, que margeia a sede do Município, no sentido sul-norte, acompanhando o atual perímetro urbano (este Ribeirão possui um trecho canalizado próximo a travessia da Av. Paranapanema e Rua Urbano Lunardelli); **Bacia B4**, localizada à oeste do sítio urbano, e tem como corpo receptor o Ribeirão Capim; e a **Bacia B5**, localizada à leste, tendo como corpo receptor o Reservatório da Usina Hidroelétrica de Capivara.

Foram identificados os seguintes problemas:

BACIA B1 – CORPO RECEPTOR CÓRREGO DO HEITOR

a) com a transformação futura de áreas à montante do leito canalizado do Córrego do Heitor em loteamentos urbanos, o aumento da contribuição na vazão do canal deverá comprometer sua eficiência.

b) a ocupação das áreas próximas da canalização do Córrego do Heitor poderá dificultar obras futuras de manutenção do próprio canal.

c) a poluição ambiental provocada por despejos clandestinos de esgoto, lixo domiciliar e entulhos nas galerias de águas pluviais e áreas próximas ao córrego canalizado compromete a eficiência do sistema de drenagem.

BACIA B2 - CORPO RECEPTOR RESERVATÓRIO DA USINA HIDROELÉTRICA DE CAPIVARA

a) o sistema de drenagem da região do Jardim São Paulo está ligado a uma transposição de diâmetro igual a 80 cm, sob a Rodovia João Lunardelli (PR 170) que, somada à contribuição da própria Rodovia, provoca erosão no lote à jusante. As contenções existentes não são suficientes.

b) o sistema de drenagem da região da Vila Fátima Ap. Fernandes e Vila Celso Fernandes não possui emissário> Despeja seu efluente em dois pontos no terreno ao lado, provocando erosão. As águas percorrem até as transposições sob a Rodovia João Lunardelli (PR 170), e seguem até o Reservatório da Usina Hidroelétrica de Capivara.

c) a Rua Samuel Rabello Andrade não possui sistema de drenagem no trecho não pavimentado, o que provoca erosão na via.

d) poluição ambiental provocada por despejos clandestinos de esgoto, lixo domiciliar e entulhos nas galerias de águas pluviais e áreas próximas às erosões comprometem a eficiência do sistema.

BACIA B3 – REGIÃO SUDOESTE - CORPO RECEPTOR RIBEIRÃO CAPIM

a) ocupação desordenada das áreas próximas ao Ribeirão Capim, provocando assoreamento e poluição ambiental devido a despejos de esgoto sanitário, lixo domiciliar e entulhos.

b) erosão existente, provocada pelo despejo, sem emissário e dissipador de energia, das águas pluviais provenientes do sistema de drenagem da região do trevo da PR 170, acesso à rua Iguazu e Vila Josefina Furlaneto Lunardelli.

c) depósito de grandes quantidades de entulho no Parque Guairá, próximo a erosão existente, provocando assoreamento do Ribeirão Capim.

d) ruas sem pavimentação próximas a Vila Catanduva e Jardim Sol Poente tem provocado erosão.

e) erosão existente, provocada pelo despejo, sem emissário e dissipador de energia, das águas pluviais provenientes do sistema de drenagem da Vila Yolanda Ferrarezi e Jardim Dona Sidônia.

REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ZONA RURAL

Na Zona Rural, dois pontos de travessia de águas pluviais, localizados na estrada, não pavimentada, que liga o Município à Centenário do Sul, apresentam problemas decorrentes de falta de manutenção no sistema de drenagem: o primeiro, na Água dos Carrapatos, e o segundo, na Água das Flores. Em ambos há entupimentos, e conseqüente transbordamento, provocando desmoronamento nos aterros da estrada e erosão à jusante, tornando os trechos perigosos para o trânsito.

SANEAMENTO BÁSICO.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

O abastecimento de água potável é organizado em dois sistemas. O primeiro deles abastece o Condomínio Portal das Águas, loteamento fechado de chácaras de lazer, situado às margens do reservatório da Usina Hidroelétrica de Capivara. O Condomínio possui sistema de abastecimento com poço semi-artesiano, operado pelo próprio Condomínio, com cobrança de tarifa.

O segundo sistema é operado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, até o ano de 2.013. A SANEPAR considera 100% da população urbana atendida pelo serviço.

O número de usuários cadastrados na tarifa social é de 800 unidades, que corresponde a 20,67% do total das 3.870 ligações existentes, em abril de 2.006.

Para abastecer o sistema da sede do Município, a Sanepar capta água em poços profundos. O volume captado atende a demanda atual e projetada. O sistema de adução é de boa qualidade. O percentual de perdas de água na rede é alto (50%). A Concessionária tem como previsão de serviços: ampliação do sistema de atendimento nas Vilas da Usina ECP, operacionalização de novo poço perfurado, ampliação do sistema de abastecimento de água para atender: Vila Industrial, Vila Torta, Vila Operária e Vila Congo. Apesar disso o sistema de água potável da SANEPAR recente-se da ausência de uma política definida de investimento a curto, médio e longo prazos e o questionamento da população quanto a qualidade da água fornecida.

ESGOTO DOMICILIAR

A SANEPAR considera 97,50% das economias urbanas atendidas pela rede de esgotos domiciliares. O serviço não é oferecido no Jardim São Paulo e no Condomínio Portal das Águas. O número de ligações cadastradas atualmente é de 3.752 unidades, e a população atendida é de 11.686 habitantes. Após 1999, o número de ligações na classe comercial/serviços vem diminuindo. Na classe residencial o crescimento no período 1999/2005 foi de 3,85%. Nessa mesma classe e período, o número de economias teve crescimento menor (1,9%). O sistema de esgoto da SANEPAR apresenta os seguintes problemas:

- a) não existe controle das ligações clandestinas de águas pluviais na rede coletora de esgoto;
- a) residências que não efetuam ligações na rede coletora, apesar dela existir em frente ao lote.

ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Porecatu é extremamente bem servida por serviços de energia elétrica. Entre 1995 e 2005, o número total de consumidores cresceu 6,8%. A categoria residencial apresenta crescimento de 6,88% (26 ligações/ano), industrial 22%, comercial, 4,46% e a rural diminuiu -5,7%. O consumo total de energia cresceu 8,04%. O consumo foi crescente nas classes: residencial (4,2%), comércio/serviços (55,8%). Há decréscimo nas classes: industrial, rural e iluminação pública:

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A cidade de Porecatu é bem atendida por iluminação de vias públicas, visto que o serviço abrange todas as vias e com lâmpadas de grande potência. Há locais em que os níveis de aclaramento são prejudicados pela arborização. A correta técnica de arranjo iluminação pública/arborização de vias e o reforço de aclaramento e diferenciação de luminárias nas rodovias e em locais de maior concentração de pessoas e veículos são objetivados no sentido de garantir melhorias ao serviço. Necessitam de reforço de iluminação:

- a) a Rua Iguaçu, no trecho dos conjuntos habitacionais.
- b) as vias implantadas do loteamento Sol Poente.
- c) nas proximidades de escolas e demais estabelecimentos públicos e em praças públicas.

3.3 CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES EM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CULTURA.

A estrutura de suporte de atividades culturais resume-se a Biblioteca Municipal, Museu Histórico e bibliotecas de escolas públicas. A reforma do Museu e do antigo cinema pode propiciar condições para o desenvolvimento das atividades culturais no Município.

ESPORTES E RECREAÇÃO.

Em **Esportes e Recreação** destaca-se Ginásio de Esportes Issac Jabur, adequado ao porte do Município, a Piscina Publica, os campos de futebol da Vila Iguaçu, as quadras do Centro Social Urbano e o estádio da Usina Central do Paraná. São sentidas as ausências de pista de atletismo, campos para futebol suíço e parques infantis.

Em Porecatu existem apenas 5 praças equipadas, as quais totalizam 100.379m², equivalendo a 6,35m² / habitante. A Praça Padre Calogero Gaziano necessita reforma dos sanitários.

O exame mais detalhado das condições dos equipamentos permite observar falta de manutenção: o calçadão (necessita de reformas nas edificações existentes), escolas municipais (sem quadras cobertas ou de reforma das existentes) e Ginásio de Esportes (novas instalações sanitárias, vestiários, reforma da cobertura - iluminação zenital que permita o uso durante o dia sem o uso de energia elétrica - e adequação da acessibilidade, conforme normas brasileiras (NBR9050).

Além das condições de manutenção dos espaços físicos, constata-se também a inexistência de um lugar específico para os programas de atendimento à população na Terceira Idade.

TRANSPORTE COLETIVO URBANO.

O Município não dispõe de serviço de transporte coletivo urbano. Mas é atendido por serviços interurbanos. Dois são os equipamentos ligados às atividades de transportes: o Terminal Rodoviário e o Aeródromo.

RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

Mantidas as projeções de população para o Município, prevê-se que, no ano de 2016, a quantidade de lixo produzida deve manter-se próxima ao patamar atual. Independente das projeções de produção de resíduos, o Poder Executivo municipal deverá providenciar a implantação de um novo aterro sanitário.

O sistema de varrição, por sua vez, apresenta deficiências causadas pela falta de mão-de-obra.

O lixo hospitalar necessita de coleta e transporte exclusivo. A utilização dos caminhões de coleta do lixo domiciliar dificulta o controle e expõe à contaminação.

SAÚDE.

Porecatu dispõe de uma rede de serviços implantada e em operação há duas décadas. Fruto das ações e investimentos públicos realizados (recursos humanos, instalações físicas, equipamentos, veículos, organização e métodos) os indicadores de saúde revelam tendências que demonstram a eficiência da política de saúde, em que pese alguns indicadores estar em situação de inferioridade ao Paraná. O coeficiente de **mortalidade geral** oscila em valores superiores à média paranaenses e da 17^a Regional de Saúde. Em relação à **mortalidade infantil**, verifica-se tendência decrescente (16,46 óbitos por mil nascidos vivos, em 2003). A **mortalidade proporcional** apresenta números favoráveis. A existência dessa rede

implantada e a disponibilidade de recursos humanos no sistema em operação é condição fundamental para que, na próxima década, o sistema possa almejar ganhos de produtividade e qualidade. Para consecução desses objetivos é mister a resolução de problemas como:

- a) dificuldade de articulação do sistema saúde com outras áreas de atendimento público (assistência social e educação) em projetos que requerem o atendimento integral à família.
- b) atendimento de populações de municípios vizinhos.
- c) limitações do sistema de informações na rede básica de saúde.
- d) limitações de recursos humanos na rede básica de saúde.
- e) condições de conforto, higiene, ventilação, fluxos de atendimento das instalações físicas.
- f) carência de programas específicos de educação e atendimento de adolescentes no tocante às drogas. Além disso, vê-se como necessária a expansão dos serviços de atendimento de Saúde Mental.
- g) necessidade de reestruturar a Vigilância Sanitária.

EDUCAÇÃO.

No **setor educacional**, quando verificados ao longo das últimas três décadas, os índices também demonstram evolução positiva. O Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, embora situado abaixo da média paranaense, evolui de 0,412, em 1970, para 0,874, em 2000.

Entre 1991 e 2000, a média de anos de estudos, em pessoas acima de 25 anos, sai de 4,36% ano, em 1991, para 5,37anos, em 2000. O percentual de pessoas com menos de 4 anos de estudo reduz-se de 48,01% para 37,29%. A taxa de analfabetismo na população acima de 15 anos decresce de 17,91% para 12,14%. Mas, em 2000, ainda 12,14% da população (1.928 pessoas) eram analfabetas, valor este maior do que a média encontrada para o Paraná (9,5%). Aproximadamente de 30 % dos analfabetos encontram-se na população na faixa etária acima de 60 anos.

A rede é composta de 13 escolas: 3 privadas, 3 com gerenciamento pela APMI, 5 públicas municipais e 2 pública estadual. A educação infantil e fundamental de 1º a 4º série está sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal e da iniciativa privada. Por sua vez, o ensino de 5ª à 8ª séries e médio são de responsabilidade administrativa exclusiva do Poder Executivo Estadual em 2 escolas e 1 escola na iniciativa privada.

A rede escolar de **ensino infantil** é constituída por 9 estabelecimentos, sendo 7 da rede pública municipal e 2 privados. O número de alunos matriculados

tem mostrado crescimento. Em 2004, eram 524 alunos matriculados (425 alunos nas escolas públicas).

O **ensino fundamental** é todo organizado na cidade, com auxílio do sistema de transporte escolar público na zona rural e o programa de transporte escolar urbano. O ensino de 1º a 4º série é ministrado em 9 escolas, sendo 7 públicas e 3 privadas: de 1º a 4º série é ministrado em 7 escolas públicas municipais, e de 5º a 8º série é prestado por 2 escolas públicas estaduais. Entre 1998 e 2004, houve queda de 24,3% na taxa de matrícula. Em 2004, somava 2534 alunos matroculados.

O **ensino de nível médio** é realizado por apenas 2 escolas, pertencente ao Poder Executivo Estadual. Entre 1997 e 2004, a redução no número de matrículas foi de 63,93%.

Na **educação especial**, restrita a um estabelecimento, na última década as matrículas cresceu em 25%.

Quanto a localização da rede de escolas, vale ressaltar que Porecatu não apresenta problemas de acesso a todos os aluno em decorrência do sistema de transporte escolar urbano e do Programa de Transporte escolar Rural. Ressalte-se também que o início do período integral nas escolas municipais dará novo impulso à educação. Tal fato, por outro lado, exigirá mudanças importantes nas estruturas que sustentam o ensino municipal.

A avaliação das condições de funcionamento da educação demonstra necessidades de: melhorias nas instalações físicas que compõem a rede municipal, combate ao analfabetismo (especialmente nas faixas etárias mais altas), complementar o aprendizado em sala, ampliar os concluintes do 2º grau e ampliar o entendimento das questões culturais, esportivas e ambientais relativas ao Município, promover maior controle da saúde entre os estudantes, elaborar plano de trabalho de longo prazo, informatizar as atividades administrativas, capacitar os educadores, efetivar o sistema transporte escolar urbano como programa permanente e construir novas unidades educacionais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A **Assistência Social** vem gradativamente abandonando posturas assistencialistas e organizando-se enquanto política pública. A natureza da ação dos programas e ações visa atenuar parte das dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável, além de garantir a sobrevivência, o treinamento profissional, a afirmação da cidadania, a difusão do conhecimento e a educação. Nesse sentido, a política de assistência congrega 3 eixos direcionais de atuação: a) Proteção Social. b) Proteção Espacial e c) Enfrentamento à pobreza.

No início da década de 1970 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de Porecatu, calculado pela metodologia PNUD/IPEA, estava em níveis críticos

(0,365). Em 2000, é observado nível "médio alto" (0,785), mas ainda aquém dos valores da média do Estado do Paraná (0,787). No Estado do Paraná, Porecatu ocupa a 51ª posição, e, no Brasil, 940ª. Mesmo com os avanços obtidos desde a regulamentação da Assistência Social como política pública no município, algumas ações são necessárias para sua efetivação:

- a) implementação de novos programas para geração de trabalho e renda.
- b) fortalecimento da rede sócio-assistencial do município;
- c) atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica;
- d) ampliação do atendimento a dependentes químicos;
- e) atendimento aos itinerantes;
- f) criação de consórcio intermunicipal para tratamento e recuperação de dependentes químicos;
- g) habilitação em Gestão Plena do SUAS;
- h) estrutura física própria para o Clube de Convivência do Idoso Viver Mais e Melhor;
- i) estrutura física específica para funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social;
- j) ampliação do quadro funcional especializado;
- k) atendimento aos adolescentes que cumprem a medida de liberdade assistida.

SERVIÇO FUNERÁRIO.

O Município possui Capela Ecumênica, de propriedade e gestão pública, dispondo de instalações para realização de velórios. A capacidade do cemitério, por sua vez, encontra-se esgotada. Só existem 51 áreas para novos sepultamentos. Uma solução para alongar o uso do atual cemitério seria construir gavetas superpostas ao longo do muro de divisa, mas a resolução definitiva do problema somente virá com a construção do novo cemitério.

3.4 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES - ORDENAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL.

NA OCUPAÇÃO.

Tendo havido pouca pressão demográfica e imobiliária nos últimos 20 anos, a expansão da cidade foi pequena, resultando na construção de núcleos de habitação ao sudoeste e leste da área urbana do distrito sede. A expansão não comprometeu as cabeceiras dos ribeirões próximos.

O núcleo urbano de Porecatu encontra-se cercado por grandes propriedades agrícolas que limitam a expansão da malha urbana. Recentemente a expansão urbana ocorreu com a implantação do Parque Industrial Darcy Franco Veras, na PR170.

Cabe ressaltar três situações peculiares importantes:

- a) a ocupação da "baixada" do córrego do Heitor, sobre canalização da nascente e do curso de água. O Plano Diretor entende que a ocupação da área por moradia deveria ter sido evitada em razão dos fatores ambientais impactantes que decorre.
- b) Em 2001, inicia-se uma nova tipologia de crescimento das áreas urbanas: a ocupação das margens da Represa de Capivara com loteamentos para fins de recreio (implantação do Condomínio Portal das Águas).
- c) a construção, pelo governo estadual, da Vila Rural. Os moradores da Vila não têm título de propriedade do imóvel, visto que os lotes são menores do que o lote mínimo, rural, do INCRA para a região.

Mantidos os ritmos demográficos, o Plano Diretor prevê para 2016 uma população urbana, aproximada, de 12.700 habitantes; qual seja a pressão de demanda por localidades urbanas será muito pequena. Há aproximadamente 200 lotes vazios podendo ser ocupados por atividades comerciais/serviço e residências. Portanto, a necessidade de áreas de expansão urbana é muito pequena. A linha que demarca o atual perímetro urbano da cidade de Porecatu está adequada à esse possível comportamento da demanda por áreas urbanas. Por sua vez, para fins industriais, a implantação recente de núcleo industrial atenderá a demanda pelos próximos 10 anos.

NO USO DO SOLO.

O solo urbano não apresenta grandes problemas de compatibilidade de usos. Áreas comerciais e prestadoras de serviço (varejo) estão situadas no eixo principal da cidade. Prestadores de serviço de grande porte encontram-se ao sul,

próximos ao acesso a Florestópolis. Uso industrial tem pequeno porte e é quase inexistente. Usos residenciais apresentam-se por toda a cidade.

Cabe destacar o processo de fechamento de atividades comerciais/prestadoras de serviço que vem ocorrendo na baixada da Rua Urbano Lunardelli e na rua Paranaguá, entre a rua Governador Paulo Pimentel e rua Ouro Preto.

A maior densidade demográfica líquida é produto da pequena área dos lotes urbanos com ocupação horizontal. É vista (acima de 100 hab/ha) na área central e nos conjuntos habitacionais.

De modo geral, face à situação atual e projetada para o ano 2016, mantendo-se o padrão de densidades populacionais, o atendimento de infraestrutura é considerado bom, sem grandes pressões de demanda. Verifica-se, isto sim, conforme referido nos diagnósticos setoriais (abastecimento de água, esgoto domiciliar, arborização e pavimentação de vias, drenagem urbana), necessidades específicas em determinados locais do espaço urbano.

NO SISTEMA VIÁRIO.

A rodovia PR 170 contorna a malha urbana (leste) estabelecendo limite suficientemente legível. Não há conflitos de fluxos rodoviários com urbanos. O cruzamento das vias de acesso ao núcleo urbano com a rodovia é resolvido com trevos (passagem em nível).

O ponto principal de conflito do sistema viário está localizado no cruzamento da Avenida Paranapanema com Rua Iguazu. O relevo suave não oferece maiores empecilhos para a expansão do sistema viário existente. Podem-se resumir os problemas advindos do sistema viário em:

- a) tendência de estreitamento dos passeios e da faixa de rolagem nas vias dos novos loteamentos (Conjuntos Habitacionais).
- b) falta de sinalização de trânsito, vertical e horizontal.
- c) necessidade de sinalização indicativa de localidades e principais edifícios.

3.5 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES INSTITUCIONAIS.

Todos os instrumentos jurídicos, com exceção do atual perímetro urbano da cidade, precisam ser revistos e aperfeiçoados à luz das novas exigências técnicas e legais. A Assessoria de Planejamento, existente no organograma funcional do Poder Executivo, pode tornar-se a unidade coordenadora do Plano.

A Administração Pública Municipal possui um conjunto de sistemas de informatização para execução de serviços da gerência administrativa. Todavia, esses sistemas não estão integrados em rede, embora parte do sistema (para implantação em rede) já tenham sido realizados.

Para fins de gerência do Plano Diretor faz-se necessário:

- a) restaurar mapas antigos de loteamentos, devendo, inclusive, serem reproduzidos em meio digital.
- b) implantar Banco de Dados e Sistema de Informações Municipais para que possa disponibilizar um Perfil do Município nos diferentes campos do desenvolvimento urbano e rural;
- c) capacitar pessoal para uso de programas de computador;
- d) realizar cobertura base cartográfica georeferenciada;
- e) realizar sondagem geológica da área urbana;
- f) rever a legislação urbanística; revisar a Lei Municipal nº 1214/2005, dando atribuições à Assessoria de Planejamento para aprovar planos e projetos de parcelamento do solo e projetos de edificação;
- g) rever a Lei Orgânica do Município no que tange à atualização do termo Plano de Desenvolvimento Integrado do Município.

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Base Agropecuária 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de emprego. • Concentração fundiária • Predominância de culturas pouco intensivas de mão-de-obra. • Baixa agregação de valor do produto rural. • Êxodo rural. • Falta de manutenção das estradas rurais. • Perda de produtividade do solo.. • Necessidade de conscientização dos produtores quanto a práticas conservacionistas. • Dificuldades na gestão agrícola. • Descapitalização do produtor 	<ul style="list-style-type: none"> • solos de alta fertilidade e relevo suave. • rede hídrica abundante e bem distribuída. • Mão-de-obra disponível. • Mais de 1/3 da população com menos de 18 anos. • Clima favorável. • Precipitação pluviométrica e distribuição das chuvas favorável. • Proximidade de centros consumidores. • Facilidades para escoamento da produção. • Facilidade de acesso a tecnologias e assistência rural. • Condições favoráveis à implantação de agricultura familiar.
<ul style="list-style-type: none"> • Base Comercial/serviços/ Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de emprego. • Má distribuição de renda. • Ausência, no Poder Executivo municipal, de estratégias de longo prazo para geração de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de centros consumidores / mercado regional. • Possibilidade de desenvolvimento do turismo em função do lago da represa de Capivara • Obtenção de assistência em órgãos de apoio. • Oferta de mão de obra. • Áreas públicas infra-estruturadas destinadas a projetos de industrialização.
<ul style="list-style-type: none"> • Demográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência de diminuição da população total e rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da população urbana • crescimento da representatividade da população acima de 65 anos. • população jovem.

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES - AMBIENTAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Cobertura Vegetal 	<ul style="list-style-type: none"> Desmatamento junto aos cursos de água. Inobservância das determinações da legislação federal (ambiental). Deficiência na arborização. Inadequações de espécies na arborização de vias. Má qualidade da poda. Falta de combate a doenças e pragas. Baixo índice de reservas florestais. Falta de cobertura vegetal nas áreas lindeiras aos cursos de água, lagos e nascentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Lei e resoluções que determinam áreas de preservação permanente no entorno das nascentes, lagos e ao longo dos cursos de água. Existência de técnicas recomendadas de manejo e poda. Existência de recomendações quanto às espécies adequadas para a arborização urbana. Existência de matas privadas, preservadas, no município.
<ul style="list-style-type: none"> Represa de Capivara 	<ul style="list-style-type: none"> Assoreamento. Inexistência de mata ciliar. Acesso viário dificultado. 	<ul style="list-style-type: none"> Lei e resoluções que determinam áreas de preservação permanente ao entorno das nascentes, ao longo dos cursos de água e represas. Leis e códigos que classificam os corpos de água e dispõem sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores. Plano Diretor de Ocupação - ECOURBE Aproveitamento para recreação e lazer. Existência de viveiro público municipal.
<ul style="list-style-type: none"> Solo, relevo e rede hídrica do Município. 	<ul style="list-style-type: none"> Erosão rural e urbana e conseqüentes perdas de solo férteis e assoreamento dos cursos de água. Solos facilmente erodíveis. Inexistência de Área de Preservação Permanente junto aos cursos de água, lagos e nascentes. Ocupação para fins urbanos nas margens do Córrego do Capim. Depósito de lixo na cabeceira do Córrego do Capim. 	<ul style="list-style-type: none"> Legislação que determina áreas de preservação permanente no entorno das nascentes e ao longo dos cursos de água. Condições favoráveis à ação integrada de micro-bacias. Solos altamente produtivos. Relevo levemente ondulado.
<ul style="list-style-type: none"> População 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo nível de conscientização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Rede escolar existente. Corpo técnico do Poder Executivo Municipal. Associações comunitárias.

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – INFRA-ESTRUTURA

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Pavimentação de vias urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> Vias com cobertura asfáltica de má qualidade, esburacada (15,58 km – ruim + regular) Vias sem pavimentação (2,81 km) 	<ul style="list-style-type: none"> Cobertura asfáltica existente em 93,6 % das vias urbanas (63 km) Pavimentação em boas condições de uso (47,42 km)
<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Drenagem de Águas Pluviais 	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de processos erosivos em área urbana e rural. Vias urbanas sem pavimentação. Ausência de dissipadores de energia nas redes de águas pluviais. Ocupação urbana nas áreas situadas sob o Córrego do Heitor. Assoreamento do Córrego Capim. Despejo clandestino de esgotos e lixo na rede de galerias de águas pluviais. 	<ul style="list-style-type: none"> Normas legais existentes. Boas bacias receptoras. Rede de galerias de águas pluviais existente.
<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos 	<ul style="list-style-type: none"> Não existe controle das ligações clandestinas de águas pluviais na rede coletora de esgoto; Residências que não efetuam suas ligações na rede coletora. 	<ul style="list-style-type: none"> Demanda existente. Sistema de tratamento implantado. Rede de coleta já implantada (97% de atendimento na área urbana).
<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Abastecimento de Água 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de uma política definida de investimento a curto, médio e longo prazo. Perda elevada (50%) no sistema. Questionamento quanto a qualidade da água. 	<ul style="list-style-type: none"> Mananciais superficiais e subterrâneos satisfatórios. Projetos de redução de perdas em andamento. Projeto de aumento da capacidade de reservação existente. Crescimento do atendimento.
<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Abastecimento de Energia Elétrica 	<ul style="list-style-type: none"> Redução do consumo na área rural.. 	<ul style="list-style-type: none"> Energia elétrica abundante. Rede Implantada.
<ul style="list-style-type: none"> Iluminação Pública 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de iluminação diferenciada e em acordo com a hierarquia das vias. Falta de aclaramento no trevo da Av. Paranapanema com Rodovia PR170. Falta de aclaramento nas proximidades de locais públicos. Falta de aclaramento na Rua Iguaçu na região dos conjuntos Aclaramento da via reduzido pela arborização 	<ul style="list-style-type: none"> Energia elétrica abundante. Posteamento e rede existente. Luminárias existentes

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – EQUIPAMENTOS URBANOS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Rede de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Más condições das instalações físicas. • Necessidade de reestruturar a Vigilância Sanitária. • Precário sistema de informações. • Falta rede de informática integrando as unidades. • Limitações de operação no sistema de apoio médico. • Falta de recursos humanos. • Dificuldades de articulação da política de saúde com outras políticas públicas setoriais. • Carência e necessidade de expansão de programas específicos (saúde mental, atendimento a adolescentes). • Hospital Municipal só faz atendimento primário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações, equipamentos e recursos humanos existentes. • Disponibilidade de área para edificação. • Existência de programas de saúde estruturados. • Obra de reforma do Hospital iniciada
<ul style="list-style-type: none"> • Rede Escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Más condições das instalações físicas de algumas unidades escolares. • Falta de bibliotecas e quadras cobertas. • Precário sistema de informatização. • Alto índice de analfabetismo nas faixas etárias mais altas. • Baixo número de concluintes do 2º grau. • Controle de saúde dos alunos deficiente. • Média de 5,37 anos de estudo para pessoas acima de 25 anos. • Capacitação de recursos humanos deficiente. • Falta de plano de ações de longo e médio prazos. • Redução das matrículas de 1º a 8º séries e de 2º Grau. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações, equipamentos e recursos humanos existentes. • Disponibilidade de área para edificação. • Existência de programas já estruturados. • Rede de saúde existente no Município. • Corpo técnico em saúde e assistência social na Administração Municipal. • Transporte escolar existente (urbano e rural). • Ensino em período integral implantado.

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – EQUIPAMENTOS URBANOS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de Esportes e Lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo índice de praças e áreas verdes voltadas para o lazer. • Ausência de equipamentos como campo de futebol suíço, parques infantis e pista de atletismo. • Más condições físicas das instalações existentes. • Falta de programas específicos de atendimento à população da Terceira Idade. • Inexistência de estádio de municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações e recursos humanos existentes. • Boas instalações no ginásio e na piscina, mesmo necessitando de reforma.
<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de local para eventos culturais. • Fechamento do cinema. • Acervo da Biblioteca Pública desatualizado 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos locais de música. • Existência de museu • História de colonização da região.
<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos para Assistência Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos humanos. • Carência de sistema de tecnologia informacional. • Falta de continuidade no Centro Comunitário (nos conjuntos habitacionais). • Estrutura física para o Clube de Convivência de Idosos deficiente. • Deficiência de atendimento a dependentes químicos, itinerantes, adolescentes em condições de liberdade assistida e mulheres vítimas de violência doméstica. • Falta de orçamento para o Departamento. • Índice de Desenvolvimento Humano aquém da média paranaense. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de programas estruturados. • Recursos humanos e instalações existentes. • Habilitação em Gestão Plena do SUAS.

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – SERVIÇOS URBANOS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Resíduos sólidos urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de coleta seletiva estruturada pelo poder público. • Destino inadequado do lixo de varrição. • Transporte do lixo hospitalar em veículos da coleta de lixo domiciliar. • Máquinas e equipamentos de limpeza necessitando de renovação. • Número reduzido de equipes de varrição. • Aterro sanitário em local inadequado. • Lixo espalhado ao longo do Córrego do Capim. 	<ul style="list-style-type: none"> • Servidores públicos treinados para implementação de coleta seletiva de lixo urbano. • Renda extraída do lixo urbano. • Empregos gerados na utilização da coleta seletiva. • Melhorias ambientais. • Existência de técnicas recomendáveis para a construção e operação de aterros sanitários.
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Transporte Coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Más condições físicas das instalações do Aeródromo • Inexistência de linha regular de transporte coletivo entre a cidade e o Condomínio Portal da Águas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rodoviária existente • Aeródromo existente.
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço Funerário 	<ul style="list-style-type: none"> • Cemitério com capacidade esgotada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de ocupação do cemitério existente. • Boa estrutura pra velório. • Área disponível para expansão do cemitério.

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ORDENAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Viário 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de hierarquia das vias. • Erosões em estradas rurais. • Falta de sinalização de trânsito e sinalização indicativa. • Existência de pontos de conflito de tráfego urbano em alguns pontos da malha viária. • Secção transversal das vias urbanas dos conjuntos habitacionais muito estreitas. • Calçada necessitando de reformas em suas instalações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relevo suave nas proximidades da área urbana. • Possibilidade de abertura de novas vias em áreas ainda não loteadas. • Secção transversal das vias urbanas no núcleo original da cidade com dimensionamento de 15 metros ou mais.
<ul style="list-style-type: none"> • Uso e Ocupação do território 	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação de área sobre o Córrego do Heitor. • Ausência de Áreas de Preservação Permanente nas áreas urbanas (Córrego Heitor e Capim) e rurais. • Inexistência de reserva legal nas propriedades da zona rural, em cumprimento à legislação ambiental. • Estrutura fundiária rural, nas proximidades da área urbana, impede o crescimento a cidade. • Existência de loteamentos irregulares. • Depósito de lixo e entulho nas proximidades da área urbanizada. • Vila Rural sem título de propriedade do imóvel. • Encerramento de atividades comerciais e prestadoras de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relevo, nas proximidades da cidade, favorável. • Densidades demográficas compatíveis com infraestrutura urbana existente. • Área urbana adensada. • Existência de áreas edificadas, sem uso, nas proximidades da malha urbana (de propriedade da UCP).

SÍNTESE DOS CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – INSTITUCIONAIS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de processos participativos em apenas alguns segmentos da administração. • Não atribuição de competências para aprovação de parcelamento do solo para fins urbanos e projetos de edificação entre os Departamentos existentes na estrutura administrativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria de Planejamento já existente. • Determinações da Lei Orgânica e do Estatuto da Cidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Tecnologia Informacional do Executivo Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas diversos e sem interligação. • Limitações para atuar em rede. • Tecnologia informacional em apenas alguns Departamentos. • Recursos humanos não capacitados para uso de tecnologia informacional. • Falta de atualização do site da Prefeitura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns equipamentos e sistemas já existentes. • Recursos humanos. • Software existente.
<ul style="list-style-type: none"> • Legislação Urbanística 	<ul style="list-style-type: none"> • Desatualização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estatuto da Cidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de Operação para o Planejamento Urbano 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de Dados inexistentes. • Ausência de base cartográfica georeferenciada. • Ausência de estudos de sondagem de solos na área urbana do distrito sede. • Ausência de Mapas Temáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartografia existente. • Cadastro Técnico Imobiliário.